



CONCEPÇÕES DE POLICIAIS MILITARES SOBRE OS RISCOS À SUA SAÚDE EM DECORRÊNCIA DO SEU TRABALHO

GISELLE PEREIRA DA SILVA; JOSÉ HENRIQUE FRANÇA SOUZA; RICKELME DANTAS DA SILVA; ALESSANDRA GOMES DE OLIVEIRA; MARLA SILVANEIDE PINTO DE SOUZA

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo identificar a percepção dos riscos à saúde, dos policiais militares, decorrentes do seu trabalho. Trata-se de um estudo descritivo-exploratório, com abordagem qualitativa, norteado por uma entrevista semiestruturada. Foi possível averiguar, com base na narrativa dos policiais, que os riscos são fatores rotineiros de sua atividade laboral, mas podem mudar entre as narrativas, pois ao longo da jornada um pode exercer função diferente do outro, porém a exposição é percebida e vivenciada por todos. Contudo, caso a sociedade e o mercado de trabalho desejem resolver o problema do sofrimento, do adoecimento e dos acidentes vinculados ao trabalho, se faz necessário retirar o foco apenas nas suas consequências, e valorizar a prevenção e promoção da saúde, atuando, assim, sobre as causas desses eventos. Portanto, torna-se essencial a criação de políticas estaduais efetivas, para atenuar essa demanda laborativa e, posteriormente, consolidar a legitimidade dos direitos desses trabalhadores, a fim de garantir uma proteção à saúde que seja, de fato, vislumbrada na prática.

Palavras-chave: Trabalho formal; Saúde do trabalhador; Riscos à saúde; Condição de Trabalho Polícia Militar.

1 INTRODUÇÃO

É notório que o trabalho, atividade central na vida do ser humano, é extremamente valorizado na atual sociedade capitalista. No entanto, há uma forte resistência social, decorrente de diversos interesses e poderes envolvidos, em reconhecer que o exercício do trabalho não resulta unicamente em sentimentos de satisfação, realização e prazer, tendo em vista que também pode ter como consequência mal-estar, doenças e acidentes (CARDOSO e MORGADO, 2019).

Desse modo, a saúde do trabalhador se apresenta como um campo de práticas multiprofissionais e interinstitucionais, que devem ser executadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a fim de intervir nas relações de trabalho que prejudicam a saúde dos trabalhadores. Tais ações são fundamentadas na promoção, prevenção e vigilância à saúde do trabalhador, sendo necessárias em todos os ambientes de trabalho, tanto públicos quanto privados (GOMEZ; VASCONCELLOS; MACHADO, 2018).

Na perspectiva dos trabalhadores formais, mais especificamente dos policiais militares, estes são servidores públicos, cujo trabalho é orientado pelo regime estatutário. Assim, são reconhecidos legalmente pelo Estado, se encontrando cobertos por medidas de proteção à saúde, diferentemente dos trabalhadores informais. Entretanto, estudos demonstraram que, no Brasil, não há diferença entre a incidência de acidentes de trabalho e outros problemas de saúde no

trabalho formal e informal, o que foi atribuído à ineficiência das políticas de proteção oficiais direcionadas aos trabalhadores formais, que acaba por precarizar a sua situação de saúde (IRIART et al., 2008).

Ademais, no que se refere à percepção do trabalhador sobre sua saúde, pesquisas apontam que boa parte dos trabalhadores se declara pouco informada sobre os riscos para a saúde relacionados ao exercício do trabalho, e uma grande quantidade considera que o trabalho não afeta sua saúde, conjuntura que fragiliza a compreensão do trabalhador acerca do seu sofrimento e adoecimento (CARDOSO e MORGADO, 2019).

Destarte, é de suma importância investigar a atenção à saúde de trabalhadores formais, considerando o trabalho como determinante no processo saúde-doença, uma vez que o trabalhador formal, embora tenha legitimamente sua saúde protegida pelo Estado, permanece exposto a diversos riscos no exercício da sua atividade laboral. Nesse sentido, uma investigação com esse enfoque favorece a identificação das inúmeras relações entre trabalho e saúde, o que, por sua vez, contribui para subsidiar ou aperfeiçoar políticas públicas direcionadas ao trabalho formal, fortalecendo ações abrangentes de saúde do trabalhador, que envolvam desde a vigilância até a assistência.

Mediante o exposto, esse estudo tem como objetivo identificar a percepção dos riscos à saúde, dos policiais militares, decorrentes do seu trabalho.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo-exploratório, com abordagem qualitativa. Descritivo porque esse estudo busca a descrição de uma situação em particular, isto é, especificamente o que acontece em determinado cenário e exploratório porque tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito.

Nesse contexto, para realizar o estudo optou-se por uma captação de participantes homens, que estivessem em trabalho formal, pertencente ao regime estatutário. Assim, foi escolhido como público os policiais e realizado o convite, com apresentação sobre os autores, o estudo e seu objetivo, e explicação sobre como iriam ser captadas as informações necessárias. Ao final, foram captados dois participantes, policiais militares do Rio Grande do Norte, atuantes no mesmo destacamento.

Com relação à coleta de dados, esta foi feita por meio de uma entrevista semiestruturada. Já a análise de dados se deu com base nas narrativas dos policiais colaboradores, que foram discutidas em articulação com o referencial teórico encontrado.

Por questões éticas do estudo, a identidade dos profissionais não foi descrita por nome ou qualquer outro fator que impulse sua identificação, sendo referenciados apenas por sua profissão (Policial Militar – PM), identificados como: PM 1 e PM 2.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação aos riscos à sua saúde, as narrativas feitas na entrevista pelos policiais evidenciaram que são fatores rotineiros de sua atividade laboral, que preza pela manutenção da segurança pública e da ordem, e se diferencia dos demais servidores pelo seu ambiente de trabalho e outros aspectos específicos aos quais são expostos diariamente.

“Muito arriscado. É uma profissão em que a saúde e a vida estão em risco a todo tempo.” – PM 1.

“Ser policial, em si, já é um risco, pelo confronto diário com o perigo, propiciação a acidentes, estresse” – PM 2.

A percepção de que o risco da profissão pode abranger a todos e a qualquer momento,

pode ser decorrente do fato de que a ocupação policial é um processo de trabalho que, em boa parte do tempo, é realizado por meio de operações por ordenação hierárquica, ou simplesmente pelas necessidades e demandas de segurança da população. Analogicamente, os riscos apontados podem mudar entre as narrativas, pois ao longo da jornada um pode exercer função diferente do outro, porém a exposição é percebida e vivenciada por todos (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008).

Corroborando com essa afirmação, os dois policiais entrevistado afirmaram que identificam riscos no seu trabalho, como demonstram as falas a seguir:

“Identifico sim riscos. Os principais são acidente de trânsito e suicídio” – PM 1.

“Sim, identifico risco de confronto com bandidos, acidentes, doenças psicológicas, cansaço físico e mental.” – PM 2.

Quanto aos acidentes de trabalho, o PM 1 elencou acidentes de trânsito, enquanto o PM 2 indicou acidentes de trânsito e acidentes por disparo de arma de fogo, conforme a fala:

“Conheço casos e até presenciei acidentes no trabalho, como disparo de arma de fogo e acidente em viatura” – PM 2.

Esses apontamentos refletem as condições inseguras de trabalho, que facilitam os riscos de acidentes, dentre elas: a falta de formações e ações de educação permanente na categoria sobre o uso de certas armas, além de viaturas em condições precárias. Além disso, ao serem questionados sobre a assistência, o PM 1 informou procurar o serviço de saúde do Estado e o PM 2 relatou procurar o pronto-socorro mais próximo. Essa conjuntura indica que a assistência aos acidentes é feita somente após eles acontecerem, sendo negligenciados os fatores que provocam tais eventos.

Nessa perspectiva, é importante destacar que, caso a sociedade e o mercado de trabalho desejem resolver o problema do sofrimento, do adoecimento e dos acidentes vinculados ao trabalho, se faz necessário retirar o foco apenas nas suas consequências, e valorizar a prevenção e promoção da saúde, atuando, assim, sobre as causas desses eventos (CARDOSO e MORGADO, 2019).

Ademais, a atividade laboral do policial militar é um processo que implica em constante estado de alerta, até mesmo em horários de descanso. Dessa forma, esses trabalhadores costumam sofrer influência de vários fatores negativos, que geram estresse extremo. Isso pode ser notado nas narrativas, ao ser questionado, durante a entrevista, sobre queixas ou doenças relacionadas ao trabalho.

“É um trabalho que pode te levar além do limite que sua saúde mental pode aguentar. Vivenciamos tantas coisas que a depressão, ansiedade, paranoias e esquizofrenia são constantes em nossa realidade, e isso inclui tendências suicidas” – PM 1.

“Doenças em decorrência do esgotamento tanto físico como mental. Acabamos tendo tantas experiências ruins, que nosso descanso se torna pouco para digerir tudo aquilo, que se acumula e nos desgasta” – PM 2.

Nota-se, contudo, que embora ambos os policiais, ao citarem as queixas que identificam, apontem problemas psicológicos, eles não dispõem de uma atenção à saúde mental, tendo em vista que as corporações militares, em geral, não possuem em seu quadro de funcionários um psicólogo, ou um setor de psicologia que atue em conjunto com o médico. Essa assistência ocorre, na maioria das vezes, quando a iniciativa parte do próprio militar, ao pedir encaminhamento. Entretanto, tal situação geralmente não ocorre, em decorrência do receio e preocupação do policial com a postura dos demais membros da equipe (OLIVEIRA e SANTOS, 2010).

Logo, a tamanha prevalência de doenças psíquicas em decorrência da profissão deve ser

motivo para uma ampliação na política de direito à saúde dos policiais militares.

4 CONCLUSÃO

O presente estudo explorou e discutiu as concepções de policiais militares sobre os riscos à sua saúde em decorrência do seu trabalho, refletindo sobre questões que permeiam a rotina de trabalho, os sentimentos, opiniões e informações específicas sobre o que é ofertado. Os relatos obtidos indicam que eles demonstram conhecimentos sobre os riscos e agravantes à sua saúde, e veem a importância das informações relacionadas ao direito do trabalhador à assistência e segurança no trabalho. Contudo, foi possível destacar fragilidades no trabalho formal exercido pelos profissionais entrevistados, em suas vivências cotidianas, e déficits presentes na assistência em saúde para esse grupo. Assim, os vários riscos associados às árduas jornadas de trabalho desenvolvidas no decorrer dos anos de profissão militar, não contam com o devido aporte de mecanismos disciplinares de controle e proteção.

São lacunas que precisam ser preenchidas e modificadas, para que haja avanços na garantia da saúde do trabalhador, área que envolve a segurança de uma parte significativa da população. Portanto, torna-se essencial a criação de políticas estaduais efetivas, para atenuar essa demanda laborativa e, posteriormente, consolidar a legitimidade dos direitos desses trabalhadores, a fim de garantir uma proteção à saúde que seja, de fato, vislumbrada na prática.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Ana Claudia; MORGADO, Luciana. Trabalho e saúde do trabalhador no contexto atual: ensinamentos da Enquete Europeia sobre Condições de Trabalho. **Saúde e sociedade**, v. 28, p. 169-181, 2019.

GOMEZ, Carlos Minayo; VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel de; MACHADO, Jorge Mesquita Huet. Saúde do trabalhador: aspectos históricos, avanços e desafios no Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 1963-1970, 2018.

IRIART, Jorge Alberto Bernstein et al. Representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, p. 165-174, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilza Ramos; CONSTANTINO, Patrícia. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. 11, 2008.

OLIVEIRA, Katya Luciane de; SANTOS, Luana Minharo dos. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. **Sociologias**, v. 12, p. 224-250, 2010.